

Registro global de ativos pode acabar com sigilo financeiro #38

Abertura + Sobe BG	
Grazielle David	Oi, boas vindas ao É da sua conta, o podcast mensal sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas. Eu sou a Grazielle David.
Daniela Stefano	E eu a Daniela Stefano O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal. Você encontra a descrição completa e pode ouvir os episódios anteriores em www.edasuaconta.com e nos mais populares tocadores de áudio.
Grazi	A relação entre a desigualdade e o sigilo financeiro e a possibilidade de por um fim a estes dois problemas com o Registro Global de Ativos são o tema do episódio 38 do É da Sua Conta.
SOBE BG	
Márcio Calvet Neves	A população de rua aumentou bastante em todas as grandes cidades brasileiras e é lógico que isso só existe porque na outra ponta existem muitas pessoas ou muitas famílias que escondem seu patrimônio, que utilizam o sigilo pra gerar cada vez mais patrimônio, cada vez mais renda pra eles e do outro lado essas pessoas que não tem acesso a essas informações acham que por alguma razão elas não tiveram a sorte de ter os recursos e por isso precisam recorrer à violência. Eu diria que nem é o ovo ou a galinha, aqui a gente nem tem o dilema: a violência só existe porque o sigilo existe antes.
Dani	E é exatamente para pôr um fim à desigualdade social que se faz necessário saber quanto de riqueza existe no mundo e quem são as pessoas de carne e osso por trás delas, o que chamamos de beneficiários finais.
Grazi	Um registro global de ativos tem a possibilidade reduzir o sigilo financeiro e consequentemente as desigualdades Por isso, o episódio #38 do É da sua conta detalha o que é o registro global de ativos.
SOBE BG	
Grazi	No episódio #37, o É da Sua Conta trouxe os achados do Índice de Sigilo Financeiro, relatório bianual da Tax Justice Network, que aponta quais são os países que mais permitem que super ricos e grandes empresas escondam suas riquezas. E uma das soluções ali apresentadas para acabar com o sigilo é o Registro Global de Ativos:
Nick Shaxson	Registro internacional abrangente de toda a riqueza e bens, juntamente com os seus verdadeiros proprietários benéficos. Poderia assumir a forma de um recurso em rede que ligasse os registros nacionais de bens em todo o mundo. Algumas das informações poderiam talvez ser públicas,

	<p>acessíveis a todos, e outras seriam apenas acessíveis às autoridades fiscais, ou à polícia, ou às autoridades que delas necessitem.</p>
Dani	<p>Quem explica é o nosso comentarista, o jornalista Nick Shaxson, da Tax Justice Network.</p>
Grazi	<p>Cobrir todos os ativos nesse registro global inclui também o proprietário beneficiário ou beneficiário final; a pessoa de carne e osso, dona dos ativos, sejam eles financeiros, prediais, ouro, obras de arte, veículos.</p> <p>No caso de empresas, patentes ou softwares e, no caso de pessoas físicas, também criptomoedas ou arte virtual, por exemplo.</p>
Dani	<p>Mas o mundo anda muito desigual.</p> <p>De um lado, 33 milhões de pessoas no Brasil passam fome, de outro tem quem invista enormes fortunas em obras de arte virtual. Obras de arte virtual?</p>
Luciano de Maria	<p>As obras de arte em si podem ser qualquer arquivo de imagem, um jpg ou gif igual tantos outros que nós temos no celular ou no computador. O que estão fazendo agora é associar cada imagem dessas com um tipo de recibo eletrônico, conhecido pela sigla NFT que amarra aquela imagem com um número identificador e funciona como prova de que essa pessoa que fez a amarração inicial é a dona daquela imagem.</p>
Grazi	<p>O Luciano de Maria, que é programador e entusiasta de criptomoedas conta um pouco como esse mercado NFT funciona:</p>
Luciano	<p>Esse recibo chamado NFT funciona em um novo tipo de banco de dados, o block chain. Existem diversos tipos de block chain assim como existem diversos tipos de banco de dados com características técnicas diferentes entre si.</p> <p>Pra se fazer qualquer operação dentro de um block chain é preciso pagar pelo processamento dos dados e é assim que as vendas são feitas. Primeiro uma pessoa paga pra fazer o registro do NFT no block chain, depois precisa pagar novamente toda vez que o dono do NFT quiser transferi-lo pra outra pessoa.</p> <p>Digamos por exemplo que uma pessoa gasta mil reais para comprar dez ether, que é a moeda do block chain ethereun. Daí ela usa esses dez ether pra comprar um NFT. Dali um mês, o preço do ether pode ter aumentado 100%. Então se o NFT que ainda custa 10 ether estaria valendo 2 mil reais porém também aconteceu que a procura por NFT daquele tipo aumentou. Então se ela quiser vendê-lo no mercado, ela pode vender por 20 ether, ao invés do 10 que ela pagou. Então seu NFT na verdade agora vale 4 mil reais. Claro que essas flutuações pode acontecer tanto pra cima como pra baixo e a qualquer momento. O mercado não para.</p> <p>A tecnologia das criptomoedas dos block chains, dos NFTs ainda é muito jovem e como ela mexe diretamente com dinheiro, atraiu muita especulação desenfreada.</p> <p>Por enquanto o que puxa esse mercado todo é a especulação mesmo e quem leva a tecnologia a sério ainda está esperando sistemas serem desenvolvidos que usem o block chain de alguma forma mais parcimonial, mais honesta.</p>
Dani	<p>Ou seja, o mundo cripto é muito instável, o que, na verdade, é outro aspecto da maldição da financeirização, que foi tema do episódio 8 do É da Sua conta. Se ainda não ouviu, busca lá no seu tocador de áudios favorito ou em www.edasuaconta.com</p>

	<p>Criptomoedas, obras de arte virtual, mas também ações em bolsas de valores, onde há especulação desenfreada é uma ameaça quando uma empresa afeta pessoas ou uma comunidade e caso seja necessário recorrer a justiça será impossível descobrir quem é o dono de verdade e, portanto, responsabiliza-lo.</p> <p>Esse sigilo poderia não existir mais se o registro global incluísse todos os ativos, afirma Márcio Calvet Neves, diretor do Instituto de Justiça Fiscal:</p>
Márcio	<p>Porque ao se determinar de quem é a riqueza, os vários países que teriam acesso a esse registro global de ativos teriam instrumentos para fazer uma política fiscal mais eficiente, pra reduzir a desigualdade social e tributar quem realmente tem capacidade contributiva para pagar o tributo e tributar no local onde esse tributo deve ser pago.</p>
SOBE BG	
Grazi	<p>A ideia parece simples, entretanto, enfrenta alguns obstáculos.</p> <p>Um central é conseguir revogar o sigilo financeiro.</p> <p>No Brasil, por exemplo, existe uma lei que torna o sigilo financeiro central, não podendo divulgar nem mesmo quem são as empresas que recebem diversos benefícios tributários do Estado.</p> <p>Imagina tornar público um registro com todos os ativos e com informações de beneficiários finais. Mas, talvez poderia ser codificado, como é feito hoje na divulgação dos grandes números do imposto de renda pessoa física.</p> <p>O Marcio Calvet Neves, diretor do IJF, defende essa transparência financeira:</p>
Márcio	<p>No Brasil com uma desigualdade social tão grande, principalmente causada pela falta de tributação do patrimônio e da renda dos mais ricos, me parece que o interesse público deva prevalecer sobre aquele interesse privado.</p>
Grazi	<p>Outro argumento frequente de quem é contra a tributação dos super ricos em um país é que a riqueza simplesmente seria transferida para outro país, e que portanto seria melhor nem tentar tributar riqueza.</p>
Nick	<p>As pessoas pensam que é como um balão - se se apertar num lugar, melhorando a transparência, então todos ar vai no outro lado do balão, irão simplesmente enviar os seus bens para outro lugar, onde existe um segredo mais forte. Sob esta ideia, o balão muda de forma, mas o volume do balão permanece o mesmo, e não se ganha nada. Mas isto é completamente errado. As pessoas gostam de ter bens onde vão às compras. Portanto o segredo financeiro e a transparência não é como um balão: é como uma esponja. Se o apertar, haverá algum deslocamento, mas em geral o volume diminuirá. Então o volume de a criminalidade, a evasão fiscal, tudo isso vai diminuir com o registro global de bens. Não vai fazer tudo, mas vai ajudar muito.</p>
Dani	<p>Essa é a análise do nosso colunista, o jornalista Nick Shaxon, da Tax Justice Network.</p>
Grazi	<p>Mas ainda sobra um outro argumento frequente, de que é muito difícil saber quem é dono do que, porque a maior parte da riqueza dos mais ricos estaria em trusts e empresas de fachada em paraísos fiscais.</p>

	O que, na verdade, já vem avançando bastante, conta a pesquisadora da Tax Justice Network Florencia Lorenzo:
Florencia	Quando a gente fala de proprietário de carne e osso dos ativos, é importante ter em mente que as autoridades dos diferentes países muitas vezes já tem bastante informação sobre propriedade porque esses registros foram se construindo ao longo da história.
Dani	Por esse imenso potencial benéfico para a sociedade, a proposta de um registro global de ativos com informações de beneficiários finais é necessária e possível de ser aplicada.
Florencia Lorenzo	Com a disseminação de leis de beneficiários finais pelo mundo todo que hoje em dia já chegam a mais de 90 países, com brechas e com problemas, mas que permitem ter uma imagem melhor só que ainda tem vários ativos que ainda é muito difícil saber a propriedade real deles. Como por exemplo, o fenômeno das cripto moedas ou arte ou especificamente agora no contexto do conflito com a Ucrânia ficou muito claro que alguns países estavam tentando implementar algumas medidas de sanções sobre alguns imóveis que oligarcas russos tinham em outros países da Europa e eles não conseguiram identificar quem era o real dono da casa ou do iate ou do barco porque existe uma cadeia de propriedade que as autoridades não conseguiam chegar até o ponto final, parava no proprietário legal, a empresa.
Grazi	A ideia de um registro global de ativos foi fortalecida em setembro de 2018, durante uma reunião da Comissão Independente para a Reforma Internacional de Tributação Corporativa, a ICRICT, que ocorreu em Nova York.
Márcio	É importante falar também, a razão pela qual esse assunto agora voltou a ter protagonismo. Foi muito por causa da guerra da Rússia com a Ucrânia, porque o que a gente viu é que houve uma reação dos países desenvolvidos pra ir atrás dos ativos dos oligarcas russos, então eles se defrontaram com o desafio, conseguir ir atrás desses ativos, muitas vezes escondidos por várias empresas em paraísos fiscais ou trusts. E então o engraçado dessa discussão é que ela readquire protagonismo agora por causa de um interesse dos países desenvolvidos e às vezes a gente deixa de lado, a gente esquece que essa é uma discussão que é até mais importante pra nós, dos países em desenvolvimento
Dani	Márcio, porque essa discussão do registro global de ativos é até mais importante para países em desenvolvimento?
Márcio	Segundo o Banco Central, os brasileiros, empresas e pessoas físicas brasileiras tinham, em 2020, 558 bilhões de dólares no exterior. US\$558 bilhões na taxa de cambio de hoje a gente tá falando de quase R\$3 trilhões de reais. Só que o que esse valor do Banco Central não pega são os valores ilegais, aquilo que foi escondido da Receita Federal, escondido do Banco Central.

	<p>Mesmo quando a gente fala dos ativos legais, existem várias normas tributárias e de controle de patrimônio no Brasil que fazem com que esse valor seja subavaliado e as autoridades fiscais e monetárias brasileiras não consigam ter a real dimensão de quanto que existe lá fora.</p>
Grazi	<p>Mais uma razão para um registro global de ativos.</p> <p>E lembrando do que o Luciano de Maria, programador contou, tem muita obra de arte valiosa sendo comprada e vendida virtualmente. Só pra ter uma ideia de valores: uma colagem do artista Mike Winkelman foi vendida em um leilão em 2021 por quase 70 milhões de dólares.</p> <p>É um mercado onde circula muito dinheiro, permite o acúmulo de riqueza para um grupo bem pequeno da população, mas essa forma de acumulação de riqueza não é tributada. Até porque nem se conhece bem seus donos.</p> <p>Nick, obras de arte entrariam num registro global de ativos?</p>
Nick	<p>Incluiria todos os bens valiosos que são propriedade de todos. Assim, se possuir algumas barras de ouro, um quadro caro, um apartamento, uma conta bancária, um piano muito caro, uma carteira de ações, então tudo seria registado no registo global de bens, e seria acessível, no mínimo, às suas autoridades fiscais, ou às suas autoridades policiais, para ter a certeza de que está a pagar os seus impostos. Obviamente, haveria algum corte, por exemplo, cada item com um valor superior a 10.000 dólares.</p>
Dani	<p>O Márcio é da mesma opinião:</p>
Márcio	<p>O registro teria que cobrir ativos intangíveis, por exemplo, patentes, marcas. Os maiores ativos dessas tecnologias são essas patentes, são seus programas de software, a propriedade desses ativos teria que estar também nesse registro global. A propriedade intelectual seria essencial.</p>
Dani	<p>Uma vez eu ganhei 1 ether de uma amiga. Ela me explicou qual aplicativo eu deveria instalar no celular para funcionar como carteira dessa criptomoeda.</p> <p>Achei curioso, enquanto justiceira fiscal em aprendizado, que em nenhum momento tive de inserir algum dado pessoal.</p> <p>Mas a Florencia Lorenzo explica o que é preciso fazer para saber quem são os donos de criptomoedas ou obras de arte virtuais</p>
Florencia	<p>É muito positivo usar intermediários pra reportar e implementar esses marcos de devida diligência, de identificar por exemplo se a carteira está no nome de uma empresa, que seja necessário registrar também o proprietário final dessa empresa.</p> <p>Existe uma série de problemas quando essa informação é autoreportada então hoje em dia, se você for preencher o imposto de renda, tem uma sessão ali de outros direitos e um desses outros bens e direitos está a criptomoedas, mas existe um problema muito sério de autoreportagem que as pessoas muitas vezes deixam de reportar</p>
Grazi	<p>E a mesma lógica poderia valer para jóias, ouro, iates, esculturas relógios caros e outras formas de esconder riquezas:</p>
Florencia	<p>A incorporação desses intermediários é central e aqui não só pra criptomoedas mas também pensando aqui no escopo do registro de ativos de forma geral, incorporar também as casas de leilão pra que eles reportem</p>

	<p>quando um quadro valioso é vendido pras autoridades ou incorporar as empresas de seguros.</p> <p>Então essas empresas que fornecem esses serviços de seguro podem servir como um instrumento central em melhorar a informação que as autoridades têm, não só porque elas têm informação sobre a existência do ativo, mas muitas vezes elas têm informação também sobre o valor desse ativo.</p>
Dani	Ou seja, é bem possível de ser aplicado!
Nick	<p>Todos os países do mundo têm uma forma limitada de registro de bens - nomeadamente, um registo predial, ou um registo automóvel - já em vigor. É apenas uma questão de expandir o âmbito do que já existe. Nas últimas décadas, uma proporção cada vez maior dos ativos das pessoas encontra-se na forma financeira, e não física. Por isso, devemos expandir o princípio para refletir isto e abranger mais ativos financeiros. Nunca existirá um sistema perfeito. Mas com a vontade política certa, podemos conseguir muitas coisas.</p>
Grazi	Um dos primeiros a defender essa atualização dos registros para refletir a atual forma de acumulação de riquezas é o Gabriel Zucman, membro da ICRICT – a Comissão Independente por uma reforma da tributação corporativa internacional.
Gabriel Zucman	<p>Nem tenho certeza de que seja tão revolucionário. Porque o ponto de partida é: já temos registos imobiliários e prediais.</p> <p>Na França, por exemplo, de onde venho, a Revolução Francesa criou o registro imobiliário e fundiário francês em 1790, há mais de dois séculos. E na época, quando esses registros foram criados, a maior parte da riqueza era de fato imóveis e terras. Assim, ao registrar a propriedade desses ativos, o que os países fizeram foi, na verdade, registrar a propriedade de quase toda a riqueza.</p> <p>E assim, a ideia de um cadastro global de ativos, é dizer: olha, a gente deveria modernizar essas instituições existentes, fazer duas coisas:</p> <p>Número um: melhorar a identificação dos beneficiários efetivos dos ativos. Uma parte significativa de imóveis, especialmente aqueles de alto padrão, é de propriedade de empresas de fachada e, portanto, nos registros, você não vê a identidade dos proprietários desses ativos. Mas esta identidade é conhecida porque os intermediários têm de saber quem são os beneficiários efetivos da riqueza que administram.</p> <p>E número dois: seria lógico estender os registros existentes aos ativos financeiros, de modo a voltar à intenção original desses registros, que é cobrir a propriedade de todas as formas de riqueza e a maior parte da riqueza das famílias.</p>
Dani	Uma proposta como essa tem desafios, técnicos, mas principalmente políticos.
Nick	<p>Haveria algumas dificuldades técnicas sobre o significado de "propriedade". Por exemplo, os bens detidos em muitos tipos de trusts ou fundações não são tecnicamente propriedade de ninguém. Os ricos põem os bens aí para esconder. Mas as instituições internacionais têm feito muito trabalho na definição deste problema, e surgiram com o conceito de "proprietário beneficiário" - que é a pessoa que legalmente possui, ou controla, ou tem o poder de usufruir dos bens - por exemplo, tem o direitos de viver num castelo.</p>

Dani	Congela um pouco. Acho que vale a pena lembrar o que são trusts, os fundos fiduciários. Florencia Lorenzo:
Florencia	<p>Um arranjo legal que tem origem no direito anglo saxão que basicamente produzem um cenário de separação de um determinado ativo do seu proprietário real.</p> <p>Originalmente eles foram desenhados quando os cavaleiros iam à guerra e aí eles deixavam uma pessoa que era responsável de administrar o patrimônio ou a riqueza dele para a família que ficava pra trás e essa pessoa que administrava o patrimônio era chamada de trustee.</p> <p>Só que com a disseminação desse instrumento e atualização dele na contemporaneidade ele é usado pra separar um determinado ativo e aí o trust, a pessoa que estabelece o trust passa esse ativo pro trustee, que vai administrar determinado ativo, que pode ser um imóvel, pode ser direito de ações, pode ser enfim vários ativos podem ser utilizados no estabelecimento desse instrumento para os beneficiários e o que acontece muitas vezes é que essa estrutura faz com que seja impossível ou muito difícil descobrir a pessoa que realmente está se beneficiando desse ativo.</p> <p>Às vezes tem uma conta bancária no nome do João, mas o João na verdade é um trustee administrando o patrimônio pra uma família diferente, o que vc não tem como saber que ele está ali na verdade só como um trustee e não como um proprietário final desse ativo.</p>
Dani	Trustee é fiduciário em Português
Grazi	O proprietário final desses ativos precisa ser registrado, sendo que poderiam ser feitos alguns recortes do que entra e o que não entra.
Marcio Calvet	Tem que ter um valor mínimo também, não precisa declarar todo ativo, não vou declarar um ativo de R\$ 1000 por exemplo, mas acho que os países que teriam que chegar sobre um acordo do valor mínimo, até a partir de que ponto que a gente disponibiliza esses ativos e a forma como isso vai ser disponibilizado.
Dani	Superados os desafios e implantado o registro global de ativos: quais seriam os benefícios, Nick?
Nick	Imagine que um país quis instituir um imposto sobre a riqueza, para que pague um imposto, por exemplo, um imposto de 0,5 por cento sobre o valor de todos os seus bens mundiais acima de um determinado valor. Isto poderia, de fato, aumentar montantes muito elevados de impostos. Mas sem um registro global de bens, muitos bilionários escapariam ao pagamento deste imposto. Imposto sobre a riqueza poderia gerar muito dinheiro.
Márcio	<p>Tem cálculos de organizações sem fins lucrativos e tal que estimam o valor de ativos brasileiros no exterior não declarados, ativos ilegais em mais ou menos US\$ 400 bilhões.</p> <p>Ou seja, além daqueles US\$ 558 bilhões em números de 2020, teria mais uns US\$ 400 bilhões de ativos ilegais no exterior.</p> <p>Os valores são muito relevantes. Quando a gente fala de USD 558 bilhões em ativos legais, valor de custo lá fora, a gente tá falando de 30% mais ou menos do PIB de 2020. O PIB de 2020 foi de R\$ 1,4 trilhão. Estou falando de 30% e se a gente inclui ainda uma estimativa de valores ilegais, isso daí pode superar 50% do PIB.</p>
Grazi	Nick, um imposto sobre a riqueza dos super ricos no mundo todo poderia

	representar uma arrecadação em potencial de quanto?
Nick7 -	Os 10% mais ricos da população mundial possuem cerca de 80% dessa riqueza, ou seja, US\$ 350 trilhões. Um imposto global sobre a riqueza de 0,5% por exemplo, renderia US\$ 200 bilhões por ano.
Dani	E pedir aos super ricos pagar apenas meio por cento de imposto sobre as riquezas é muito, mas muito pouco! E um registro global de ativos que facilite a tributação de riqueza contribui para reduzir a desigualdade, o que melhoraria a vida de muita gente
Nick	Se puder tributar mais os ricos - e os benefícios dos impostos como melhores estradas, escolas e hospitais - tenderão a beneficiar os setores mais pobres da sociedade.
Márcio	O Brasil chegou a um número de 33 milhões de pessoas passando fome. O sistema tributário tem um peso muito grande nesse número. A gente consegue reduzir pobreza, a gente consegue tornar o país mais igual, mas pra isso a gente precisa de transparência, transparência sobre quem possui riqueza, aonde essa riqueza está localizada, as razões que levam os políticos e todo o lobby que está por trás, as razões pelas quais essas pessoas não querem que esses bens ou que esses patrimônios lá fora sejam tributados aqui porque no final tudo é uma escolha política.
Sobe BG	
Grazi	E por onde começar?
Gabriel	O ponto de partida natural são os registros nacionais que existem, fundiários e imobiliários. Em seguida, seria estender esses registros para incorporar ativos financeiros. Vivemos em um mundo globalizado onde a acumulação de riqueza ocorre em vários países e então faria sentido conectar os vários registros que existem, para ter uma visão abrangente da riqueza possuída pelas pessoas.
Grazi	Gabriel Zucman é membro da ICRICT.
Gabriel	Você pode ter dois países concordando em conectar seus registros. Por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá ou a França e a Alemanha. Um próximo passo natural seria ter registros regionais; na União Européia, na América Latina. E então, finalmente, você poderia conectar esses vários registros regionais para chegar ao global.
Dani	E regionalmente, qual a probabilidade de se criar um registro compartilhado de ativos? Quem responde é o Márcio Verdi da Comissão Interamericana de Administrações Tributárias, a CIAT.
Márcio Verdi	Antes disso, temos que pensar em efetivamente implementar uma regra de identificação de beneficiários finais que já existe a determinação do Global Forum, no qual os países, os 130 se não estou enganado, já concordaram, mas eles têm que implementar. O que significa ter um marco legal e depois torná-lo operativo. Os países que participam do Global Forum de Transparencia, do acordo mútuo de de informações, avançaram muito, mas ainda têm muito por

	<p>andar para termos o beneficiário final das pessoas jurídicas identificadas. Quem é dono do que, de empresas e de contas. Isso, se a gente conseguir alcançar isso, será uma vitória mundial contra os evasores.</p>
Dani	<p>E o Brasil está preparado para aderir a um registro global de ativos?</p>
Marcio Calvet	<p>O nosso arcabouço jurídico hoje ele tem várias normas que dificultam a implementação do registro global de ativos aqui no Brasil e vai ser uma questão que o mundo jurídico vai ter que enfrentar e em última análise seria decidida pelo Supremo Tribunal Federal, que já enfrentou a questão do sigilo fiscal algumas vezes e o STF.</p> <p>Por enquanto ele se posiciona no sentido de que essas informações financeiras devem ser disponibilizadas por exemplo por bancos para a receita federal ou para o banco central mas que não pode disponibilizar para o público em geral, então a gente entraria numa discussão jurídica e aí como que uma discussão jurídica sobre registro global de ativos pode alterar o que hoje a gente tem na legislação.</p>
Dani	<p>E alterar a legislação é um passo. Mas antes disso é preciso derrubar um muro:</p>
Márcio	<p>É o grande lobby que existe no Brasil e aí é por famílias ricas, mas por proprietários de empresas por políticos, por grande imprensa a favor do uso dos paraísos fiscais.</p> <p>Eu chamo esse lobby do lobby do retrocesso, lobby da oligarquia brasileira, que se movimenta rápido quando vê um projeto de lei que quer implementar aqui algo que na verdade já foi implementado lá fora.</p> <p>Um projeto como o registro global de ativos vai sofrer um lobby muito forte dessa indústria do retrocesso.</p>
Grazi	<p>Ou seja, antes do Registro Global de Ativos, o Instituto de Justiça Fiscal acredita que é preciso que o Brasil avance em dois passos anteriores:</p>
Márcio	<p>Como um passo para o registro global de ativos, o que o IJF entende é que a gente precisa lutar que internamente pra conseguir ter maior acesso aos dados sobre o patrimônio de quem tem realmente recursos para pagar tributos porque só assim a gente vai conseguir fazer políticas públicas eficientes e redistribuir riqueza.</p> <p>A gente precisa também ter sucesso em mudar a legislação brasileira pra que a legislação brasileira consiga de forma efetiva tributar esses recursos de brasileiros que estão no exterior.</p>
SOBE BG	
Florencia	<p>Um problema que a gente tem disseminado mundo afora hoje em dia com os registros de beneficiários finais, que são justamente essas ferramentas que nos permitem aferir quem é o sujeito de carne e osso que está por detrás de determinado arranjo legal de determinada empresa, um dos principais problemas que a gente tem hoje em dia é que o limiar de registro é excessivamente alto.</p> <p>Você só precisa ser registrado como o proprietário efetivo de uma empresa, na maior parte dos países se vc tem mais de 25% das ações ou direito de voto nessas empresas.</p> <p>Se a gente está falando de uma empresa familiar que tem 4 pessoas que dividem as ações entre elas, isso já significa que ninguém vai ser registrado como beneficiário efetivo dessa empresa porque justamente a pessoa teria</p>

	que ter mais de 25. Se cada um tem 25, isso implica que nenhum vai ser registrado.
Grazi	Argentina, Equador e Botswana são alguns exemplos de países em desenvolvimento que tomaram medidas simples e que estão na vanguarda para o registro global de ativos, explica Florencia Lorenzo:
Florencia	Alguns países em desenvolvimento e aqui você mencionou Argentina Equador e a Botswana eles implementaram limiares muito mais baixos. Em alguns deles, se você tiver uma ação você tem que ser registrado como proprietário efetivo dessa empresa. Isso acredito que é um elemento central pra melhorar qualquer esforço de desenvolver um registro de ativos global ou nacional que seja de fato efetivo porque se a gente continuar mantendo esses limiares tão altos, estratégias pra evitá-los só tendem a disseminar mais e mais.
Dani	Mas ainda que a mudança não vá ocorrer do dia pra noite, é preciso começar a caminhar, acredita Gabriel Zucman:
Gabriel	Acho que há um processo em que chegaremos lá, ao construir sobre o que já existe, que já é valioso, e expandindo gradativamente, conectando os registros e, finalmente, chegando a esse objetivo de um registro global de ativos.
SOBE BG Fechamento	
Grazi	Um registro internacional abrangente, que inclua a diversidade de ativos existentes, juntamente com a informação de seu beneficiário final, sendo que uma fração pública e uma fração disponível apenas às autoridades fiscais e policiais. E também com um limiar de recorte do valor do que seria incluído. Essa é a proposta de um registro público global de ativos. Ele poderia começar entre dois países, depois abranger toda uma região, e então finalmente chegar ao global.
Márcio Calvet	Acho que aí é principalmente pela pressão da sociedade civil de institutos como tjn, ijf, como a oxfam, como tantos outros e mais é importante que saia também das organizações e chegue ao eleitor, ao público em geral, fazer a sociedade civil fazer essa pressão pra mostrar que o registro global ele seria mais importante pras políticas públicas do que o sigilo fiscal
Grazi	Enfrentar o sigilo fiscal promove a redução de desigualdades. Por isso, é fundamental essa mobilização social também por um registro global de ativos.
ENTRA BG DO PROGRAMA	
Grazi	O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler. A produção desta edição é da Daniela Stefano e minha, Grazielle David. Um abraço, e até o próximo.
Dani	Um abraço, segue se cuidando pois a quarta onda da covid-19 está forte no Brasil e até o próximo!